

**CARL VON MARTIUS ESCREVE A VERSÃO DE BASE DO MITO DA
DEMOCRACIA RACIAL NAS PÁGINAS DA REVISTA DO IHGB**
CARL VON MARTIUS WRITES THE FOUNDATIONAL VERSION OF THE MYTH OF
RACIAL DEMOCRACY IN THE PAGES OF THE IHGB JOURNAL

LILIA MORITZ SCHWARCZ¹

Resumo

Esse artigo parte do ensaio publicado pelo naturalista Carl von Martius na Revista de n.º 24 do IHGB, em 1845, sobre “Com escrever a História do Brasil”, para então explorar como “a dissertação” constitui-se na base para o famoso “mito da democracia racial”, e teve vida longa na tradição do ensaísmo brasileiros. Para tanto, analisa não só as pesquisas do cientista, como textos prévios que exploraram a história deste país com lentes menos positivas introduzindo o conceito de “degeneração”. Já o texto publicado no Instituto parte do conceito de “perfectibilidade” e aposta na mistura das raças formadoras do país (o indígena, o branco e o africano) e no futuro branqueamento da pátria. Muito vinculado à monarquia, von Martius defende, ao final da obra, o alto valor desse regime, bem como ataca movimentos republicanos e separatistas então existentes. Na ideia de mestiçagem estava prevista, pois, uma noção de nação e de subordinação.

Palavras-Chave: Carl von Martius; Mistura; Subordinação; Degeneração; Perfectibilidade

Abstract

This article is based on the essay published by the naturalist Carl von Martius in issue no. 24 of the Revista do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) in 1845, on “How to write A History of Brazil”. It goes on to explore how “the dissertation” became a foundational text for what would later be known as the “myth of racial democracy,” enjoying a long afterlife within the Brazilian essayistic tradition. To do so, the article examines not only the scientist’s own research, but also earlier texts that interpreted the history of the country through less optimistic lenses, introducing the concept of “degeneration.” The text published by the Institute, by contrast, departs from the notion of “perfectibility” and places its wager on racial mixing the three races (Indigenous, Portuguese and African) and on the future whitening of the nation. Closely aligned with the monarchy, von Martius ultimately defends the “high value” of that regime, while criticizing the republican and separatist movements that existed at the time. Embedded within the idea of mestiçagem, therefore, was a specific conception of

¹ Lilia Moritz Schwarcz é professora titular sênior do Departamento de Antropologia da USP e Global Scholar/Visiting Professor em Princeton desde 2009. É antropóloga, curadora, historiadora, tendo escrito mais de 30 livros no Brasil e no exterior -- entre eles: O sol do Brasil, O espetáculo das raças Brasil uma biografia, e Imagens da branquitude: a presença da ausência --, e catálogos como Pérola imperfeita: as histórias e as histórias de Adriana Varejão e Dalton Paula o sequestrador de almas. Foi co-curadora do MASP de 2015 a 2024, tendo criado junto com Adriano Pedrosa o projeto histórias: da loucura (2015), da infância (2016), da sexualidade (2017), afro-atlânticas (2018), das mulheres (2019), brasileiras (2022). Elaborou mais de 20 exposições individuais e que circularam pelo Brasil, como: As formas da democracia (2022), Direito à memória (2023), Flávio Cerqueira escultor de significados (CCBB, 2024). Recebeu 9 prêmios Jabuti, 2 APCAs, o prêmio da Biblioteca Nacional e o prêmio da ANPOCS. Foi Professora Visitante nas Universidades de Oxford, Leiden, École des Hautes Études, Brown, Frei Universitat e Tinker Professor na Columbia University. É professora emérita da Universidade de Buenos Aires (2024) e membra da Academia Brasileira de Letras, desde 2024. E-mail: lili.schwarcz@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0498-3246>.



nationhood — one structured by hierarchy and subordination of the races.

Keywords: Carl von Martius; Miscegenation; Subordination; Degeneration; Perfectibility.

Em janeiro de 1845, no n.º 24 da *Revista Trimensal de Historia e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, era publicada a “dissertação” especialmente oferecida ao estabelecimento, e chamada “Como se deve escrever A História do Brasil”. A tese era de autoria do naturalista bávaro Carl Friedrich Phillip von Martius, e sagrara-se vencedora de um concurso sobre o tema, promovido pela própria instituição².

Carl von Martius chegou ao Brasil em 1817, fazendo parte da comitiva da arquiduquesa austríaca Maria Leopoldina da Áustria, que viajava para o Brasil para casar-se com o então príncipe Pedro I. O naturalista vinha junto com o também cientista Johann Baptist von Spix, que recebera da Academia de Ciências da Baviera o encargo de formar coleções botânicas, zoológicas e mineralógicas, a serem depositadas nos museus estrangeiros.

Essa era uma viagem ainda considerada perigosa e executada em terreno, então, denominado como “desconhecido”. A “missão” consistia em “levar” do Brasil o que fosse possível, e, dessa maneira, abastecer as prateleiras dos Museus de Etnografia europeus. E assim, auxiliados por nativos e tropeiros, verdadeiros cientistas em sua região³, os naturalistas europeus partiram da então corte do Rio de Janeiro em dezembro de 1817 rumo ao norte do país, passando por províncias como São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Piauí e Maranhão. O objetivo era formar coleções e depositá-las nos museus europeus – seu destino final.

Após percorrerem milhares de quilômetros, os cientistas chegaram no mês de julho de 1819 à bacia do Amazonas, onde alcançaram até a atual fronteira do Brasil com a Colômbia. Devido à doença de Johann von Spix, o retorno da expedição foi, porém, antecipado, e em 1820 os dois cientistas já se encontravam na Alemanha. Seis anos depois, Spix morria em consequência de uma doença tropical contraída durante a expedição no Brasil.

Também faleceram as crianças levadas para a Europa pela dupla de cientistas enquanto “peças vivas de gabinetes”. Ao fim da viagem, e de passagem pela Amazônia, Martius

² A partir de agora passarei a atualizar a linguagem nas citações presentes nesse artigo.

³ Vide o excelente trabalho de André Secchieri Bailão. “Tropicalidades múltiplas: as matas, os campos e as viagens naturalistas do século XIX”. Tese de Doutorado. USP. 2022. Conferir também Mary Louise Pratt. *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturalization*. London: Routledge, 1992. Nancy L. Stepan. *Picturing Tropical Nature*. London: Reaktion Books, 2001. Ana Lucia Araujo. *Romantismo tropical. Um pintor francês no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2017. Karen Macknow Lisboa. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997. Karen Macknow Lisboa. “O Brasil dos naturalistas Spix e Martius. Taxonomia e sentimento”. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 179-194, 2009. Karen Lisboa. “Natureza e população do Brasil na visão de viajantes alemães”. In: Willi Bolle; Eckhard E Kupfer. *Cinco Séculos de Relações Brasileiras e Alemãs*. São Paulo: Editora Brasileira de Arte e Cultura, 2013.

“comprou”, e ou sequestrou, cinco crianças Miranha e Juri, sendo que quatro delas seguiram para a Europa em 1820. Duas morreram no trajeto e duas viveram em Munique até morrerem por doenças pulmonares um e dois anos depois da chegada.

Sabe-se hoje que, ao chegarem à América Portuguesa, Spix e Martius pouco ou quase nada conheciam sobre os povos americanos. Como cientistas educados a partir do ambiente das luzes europeias, eram formados no, assim chamado, “*homem americano*” a partir das teorias de Carl von Linné e do conde de Buffon. Por outro lado, como alemães de origem seguiam os modelos de Johann Friedrich Blumenbach e de Immanuel Kant, famosos defensores da superioridade dos europeus diante dos demais povos, em geral qualificados como “selvagens”.

É possível encontrar esse tipo de modelo, mais negativo, não apenas nas páginas da narrativa que Spix e Martius publicaram entre 1823-1831, com o título de *Reise in Brasilien (Viagem pelo Brasil)*, como em obras menos conhecidas, como é o caso de *Estado do direito entre autóctones do Brasil*, de Carl von Martius⁴, que trataremos mais à frente nesse artigo. Nesse texto, os cientistas afirmam, por exemplo, que “*algumas raças*”, *embora organizadas, são, “inferiores ao europeu que possuiria uma constituição superior dos órgãos e forças intelectuais superiores”*.⁵

Durante a estada dos dois cientistas no Brasil, eles tiveram algumas poucas oportunidades de entrar em contato com grupos indígenas – a despeito que sempre com intermediários nativos para ajudar na comunicação, nos relatos e nas peças a serem transportadas para seus países de origem.

Mesmo assim, no primeiro ano de estada, em visita à casa do naturalista alemão, barão G. H. von Langsdorff, encontraram uma pessoa pertencente ao grupo Botocudo. Foi então que o termo “**peça viva de gabinete**” foi *usado por* Spix e Martius, pela primeira vez, justamente quando observaram como o Cônsul exibia o indígena para seus convidados.

Não há como saber se foi a partir daí que conceberam a ideia de incluir indígenas na coleção que pretendiam organizar e levar consigo de volta à Europa. De toda maneira, quando a dupla passou por Minas Gerais, e visitou a Fazenda Guidoal, conviveram pela primeira vez

⁴ Carl von Martius. *Estado do direito entre os autóctones do Brasil*. 1832. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1982.

⁵ Sobre o contato dos cientistas com indígenas brasileiros vide J. B. Spix e C. F. Ph. Von Martius. *Viagem pelo Brasil*. 3 vols e 1 *Atlas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, tomo I, p. 243. Vide também Pablo Diener e Maria de Fátima Costa. *Martius*. Rio de Janeiro: Capivara, 2018; e journals.openedition.org/artelogie/3774.

com Puris e Coroados, reunindo uma rica coleção etnográfica desses povos, além de incluírem dois jovens coroados em seu “acervo”. Para disfarçar a culpa, mas não o preconceito, assim descreveram a situação: *“Na véspera da partida, à tarde, trouxeram dois jovens Coroados à nossa casa, e os animaram a seguir conosco, com a promessa de caça e de voltarem como capitães, com vistosas fardas. Dava vontade de rir ao ver o feito que um uniforme reluzente produz nesses homens das selvas (...) Desse momento em diante, estava tomada a resolução, e ele mostrava o prazer de acompanhar-nos”*⁶.

Fica evidente no trecho acima não só a ironia dos naturalistas, como a tentativa de “naturalizar” o fato de que, na realidade, eles acabaram por “sequestrar” duas pessoas para seguir curso com eles. Tanto é fato, que um deles fugiu logo quando a expedição deixou a Fazenda, e o outro, de nome Custódio, evadiu-se oito meses depois, justamente quando a expedição visitava aldeias Kamakã no sul da Bahia. Restou apenas o retrato do Coroado.

Não é anacronismo dizer que esse tipo de situação causava constrangimentos também naquela época. A prova é que Martius construiu várias versões para explicar porque quatro indígenas jovens, dos grupos Miranha e Juri, passaram a integrar a caravana bávara. Há quem acredite que o cientista tinha ciência, previamente, de que o chefe Miranha estava preparando uma incursão militar com o fito de capturar prisioneiros para serem negociados pessoalmente com o capitão Zany, e com ele próprio.

Uma outra versão, escrita pelo próprio Martius, certifica que ele estava interessado em negociar apenas objetos de cultura material, mas um tuxana teria-lhe “oferecido” cinco jovens indígenas – duas moças e três rapazes – em troca de machados e facas. O botânico, então, explica que aceitou os jovens índios *“das mãos do desumano, com tanto maior empenho, quanto sabia que, ficando aqui, eles teriam morte certa, por já estarem todos atacados da febre”*⁷. Ou seja, a captura de crianças, segundo a versão do cientista bávaro, não fora resultado de algum acordo prévio feito por eles próprios; nesse caso (e diferente dos demais envolvidos no “negócio”) a intenção dos naturalistas europeus seria apenas, e tão somente, “humanitária”.

Dois indígenas foram deixados no Pará.⁸ Outros dois, um menino e uma menina, seguiram com o grupo. Carl von Martius, em uma de suas várias explicações, todas dadas à posteriori, afirmou que a menina lhe havia sido ofertada pelo governador do Rio Negro, e que

⁶ Spix e Martius, 1938, op. cit., p.359.

⁷ Spix e Martius, 1938, *Atlas*, tomo III, p.356.

⁸ Spix e Martius, 1831, *Reise in Brasilien*, *Atlas*, tomo III, pp.1264-1265.

o jovem Juri agregou-se à expedição quando passaram nas terras de Zany em Alvelos.⁹ A quantidade de versões, revela, no mínimo, um certo incômodo por parte do naturalista diante da presença dessas crianças, e, depois, com o pouquíssimo tempo que sobreviveram na Europa.

Ainda era verão quando os dois bávaros e os dois indígenas aportaram em Lisboa. Permaneceram nesta cidade apenas o tempo necessário para despachar suas coleções à Baviera e cuidar dos documentos para poderem seguir para Munique. O grupo chegou à capital da Baviera em 8 de dezembro de 1820, ano em que o inverno foi dos mais rigorosos. O fato é que todos já adentraram a cidade muito debilitados.

A comitiva foi então recebida *em audiência por “Suas Reais Majestades”*, com as crianças sendo apresentadas à corte de Maximiliano José I, no mesmo contexto em que os dois cientistas receberam o título de Cavaleiros da Ordem ao Mérito da Coroa da Baviera. Mas com o tempo a recepção calorosa diante das duas crianças, tendeu a arrefecer, com os jornais achando a menina feia e pequena, e espalhando boatos de que ela teria sido responsável pela morte do pai.

A realidade, porém, é que as duas crianças não se adaptaram ao severo clima europeu e foram acometidos por tosses e febres incessantes. Provavelmente estavam não só enfermos como solitários e assustados. Juri morreu em junho de 1821, e Isabela no ano seguinte. Em homenagem póstuma aos dois, a rainha Karoline da Baviera mandou construir uma lápide para abrigar os restos mortais deles, e contratou o artista Johann Batist Stiglmaier – diretor da Real Academia de Artes – para fazer a estela mortuária.

Nela, os dois jovens parecem estar dormindo. O rapaz, em primeiro plano, veste apenas uma faixa em torno de seus quadris. A indígena traz na cabeça uma tiara que lembra um cocar, usa um colar e uma saia de penas. Nada parece lembrar as imagens que deles se fizeram. A representação que pretende perpetuá-los, é pura imaginação.

Uma inscrição completa a tumba mortuária: *“Furtados da pátria, encontraram cuidados e amor no longínquo lugar do mundo, porém, o implacável e hostil vento do norte os levou”*. O texto apaga ou camufla o remorso para culpabilizar a própria natureza deles e o inverno europeu.

Apenas quando estava à beira da morte, o botânico reconheceu seu papel no destino trágico dos dois indígenas, ao deixar a seguinte nota: *“Um ano depois, quando o rapaz*

⁹ Spix e Martius, 1938, Tomo III, pp.365-366.

*morreu em Munique, do mal dos pulmões, isso voltou a mim como uma carga muito pesada (...) Eu paguei o perigo de ter o endurecimento da alma e com isso aprendi amor e admiração pela natureza humana. Através de uma má ação me transformei num amigo da humanidade”.*¹⁰

Figura 1- Celebração indígena no Mato Grosso registrada em gravura presente em obra de Carl Friedrich Philipp von Martius.



Fonte: SPIX, Johann Baptist von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. v. 1. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. 3 v. (Edições do Senado Federal, v. 244-A).

¹⁰ Maria de Fátima Costa. “Os *meninos índios* que Spix e Martius levaram a Munique”, *Artelogie*, nº14, 2019. Disponível em journals.openedition.org/artelogie/3774.

Figura 2 - *Miranha* (Isabela) e Juri, 1823. P. LUTZ (desenhista [?]; sem identificação do gravador). Litogravura; 67 x 45 cm.



Fonte: Spix e Martius, 1823-1831. *Reise in Brasilien*, vol. IV, *Atlas*, prancha 15-16.

Nas imagens acima, vemos, em primeiro lugar, a representação do desencontro entre civilizações e costumes. Na primeira, os naturalistas observam, apartados, um ritual indígena. Na extrema esquerda, um guia negro também acompanha com espanto a cena, que mostra, provavelmente, as negociações por peças materiais e humanas. Esse era, simbólica e praticamente, o extremo da arrogância Ocidental.

Abaixo dela, os dois garotos, cujas vidas foram ceifadas pela sanha dos naturalistas que transformavam tudo que encontravam em peças para engrossar seus gabinetes, e silenciavam não só sobre os verdadeiros especialistas e sábios nativos que os acompanhavam, como acerca das violências que perpetraram ao sequestrar pessoas, e sobretudo crianças que tinham pouca possibilidade de reação.

De toda maneira, o livro *Reise in Brasilien*, composto por três volumes, foi publicado entre os anos de 1823 e 1831 e consagrou os cientistas. A obra contém desenhos, estampas e mapas revelando informações importantes acerca do Brasil. Os desenhos feitos por Martius e Spix não só retratam a fauna e a flora, mas também as paisagens, o cotidiano do país e a viagem realizada pelos dois cientistas.

Carl von Martius publicou ainda a *Flora Brasiliensis*; obra que tinha o objetivo de documentar e sistematizar todas as espécies de plantas brasileiras que estudou, bem como divulgar a utilização medicinal, comercial e econômica delas. O cientista não presenciou, porém, a conclusão de sua obra que fora sintetizada em 40 volumes, contendo mais de 22.000 espécies de plantas. Após sua morte, cientistas de outras nacionalidades ajudaram a concluir a obra que foi finalizada em 66 anos.

O naturalista escreveu também um ensaio sobre o Lundu instrumental, material que foi recolhido por ele durante a viagem ao Brasil, e publicado como anexo do livro, de Spix e Martius. Esse é considerado o registro musical mais antigo sobre o gênero.

Como se vê, as observações do artista não se restringiam à botânica ou às ciências naturais. Nas suas obras encontramos pesquisas sobre folclore, etnografia e estudo de línguas indígenas. Por exemplo, em *Viagem pelo Brasil* o autor descreve detalhadamente os costumes e características de diferentes tribos brasileiras, detalhando suas línguas e idiomas. Martius realiza, inclusive, uma tentativa de classificar as diferentes tribos, deixando clara sua visão eurocêntrica, e até darwinista racial, falando sobre o desaparecimento, a degeneração e a posição definitivamente inferiores do grupo.¹¹ Suas ideias ressoavam preconceitos de época, mas que ele engajava dando um sentido supostamente científico e racional a eles.

Também era comum no período colonial e no começo do império que relatos de viajantes, naturalistas, missionários e administradores que registravam costumes e a vida dos habitantes que conheceram levassem o nome de “histórias do Brasil”. No entanto, a ideia de uma história contínua, que lidasse com o passado para até prever o futuro, e a partir de uma tese centrada nas raças, era sem dúvida nova.

“Como escrever a história do Brasil” e a tese antes da tese

É inclusive a partir da criação do IHGB, em 1838, cerca de sete anos antes da monografia de von Martius chegar ao estabelecimento, que se percebe uma preocupação por parte da elite letrada e política de formular uma história do país recém independente, reconhecendo na arte de lembrar uma forma diletta de dotar a nação com uma memória própria e assim amparar na sua razão de ser enquanto país, de fato, independente.

Mas será a partir da década seguinte que se acentuariam as preocupações referentes à formulação de uma história pátria. Em um momento em que os grupos dirigentes, sobretudo

¹¹ Martius, op. cit., 1832, p.11.

do Sudeste do país, buscavam consolidar o Estado imperial, todas as questões relativas à história do Brasil seriam cruciais para traçar não só o passado como acolher a imaginação política.¹²

Foi para animar diferentes propostas que o então secretário do IHGB, Januário da Cunha Barbosa, propôs uma premiação para quem respondesse sobre qual a melhor maneira para escrever a História do Brasil.¹³ O concurso não previa que fossem incluídos novos dados, mas antes que se estabelecesse uma diretriz.

Não é de se estranhar, assim, que à época von Martius se saísse vitorioso do certame. Como vimos, além de ser um cientista renomado em sua época, ele andava em contato com a voga da disciplina histórica na Europa, particularmente na Alemanha.

Assim propôs uma história do Brasil que fosse ao mesmo tempo "filosófica" e "pragmática", tendo como eixo a formação de seu povo, incluindo nesta formação a "mescla das raças". Carl von Martius buscava uma interpretação à época considerada "orgânica", entendendo o Brasil como um "jovem povo" predestinado a unir as três raças – um conceito muito influenciado pelo romantismo alemão que buscava a unidade nacional.

A monografia de von Martius, "Como se deve escrever a história do Brasil", faz parte, pois, de uma certa preocupação de época que idealizava uma história que investisse na ideia de um passado nacional comum a todos os "brasileiros", e que ganha grande incentivo com o Império brasileiro, e sobretudo com o início do Segundo Reinado de Pedro II.

Com sua tese, von Martius inaugurava uma linha de pensamento profícua no Brasil, que justamente descrevia a formação da identidade nacional brasileira, a partir da mescla das três diferentes "raças" – e guardadas suas supostas "diferenças inatas". Essa linha de pensamento influenciou muitos historiadores do século XIX e também a produção literária da época que se voltava aos cenários descritos pela viagem de Martius e Spix em romances e poesias

¹² Lília K. Moritz Schwarcz. *Espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo Companhia das Letras, 1993.

¹³ Januário da Cunha Barbosa viveu e faleceu no Rio de Janeiro de 1780 a 1864. Ele foi um historiador, jornalista, poeta, biógrafo e político de grande proeminência durante o Primeiro Reinado. Dedicou-se à maçonaria e à luta pela independência política. Foi também nomeado orador sacro e cônego da Capela Real 1808. Vide entre outros, Juscelino Pereira Neto. "A memória biográfica de Januário da Cunha Barbosa: uma trajetória política na corte Imperial (1821-1846)". Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014; Lucia Maria Bastos Pereira Neves. A "guerra de penas": os impressos políticos e a independência do Brasil. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 8, pp.41-65, 1999.

Mas não se pode esquecer como, mesmo antes da tese ser entregue ao IHGB, von Martius já havia escrito, no ano de 1832, um outro ensaio sobre os “indígenas brasileiros”, mas com um sentido bem “menos positivo”. O cientista denominou seu estudo de “O Estado do direito entre os autóctones do Brasil” e pendeu mais para a teoria “degeneracionista” do que para os conceitos de “perfectibilidade”¹⁴.

Nessa obra, o cientista bávaro revelava sua adesão tanto aos preceitos como aos preconceitos de época, definindo os indígenas brasileiros como um “enigma obscuro”, “um grau inferior da humanidade”, “moralmente ainda na infância”, e atestando que “a civilização” não os “altera, nenhum exemplo o excita e nada o impulsiona para o nobre desenvolvimento progressivo”.¹⁵

Isto é, um ano após sua volta do Brasil, a visão do cientista não era alvissareira em relação aos indígenas, sobre quem não poupa desqualificações os definindo como em um estágio “velho estacionário”, na “minoridade”, além de cravar que já haviam fracassado todas as tentativas de “conciliá-los com a Europa vencedora”.

Ecoando, pois, as teorias de Cornelius de Pauw, o naturalista avaliza que “estado atual não é o primitivo, representa um estado secundário degenerado”. E continua usando termos sempre desabonadores como “abismo insondável”, “escuridão profunda”, “túmulos”, “ruína absoluta”, “rudeza selvagem”, “antropófagos”, “vício da poligamia”, “temperamento inerte”. E para completar, chegando até os costumes mais íntimos, escrevia ele que esses povos padeceriam, também, de um “ciúme inato”

A tese é, pois, que esses *não* seriam povos infantis, e passíveis de “perfectibilidade” – ecoando aqui os termos de Jean-Jacques Rousseau que acreditava que todos eram capazes de evoluir até a “civilização”. Isso a despeito de tecer muitas críticas à sociedade europeia com suas guerras. Já von Martius padecia com uma “infantil velhice, o cunho de uma degeneração continuada por milênios”. E completa: “não é o primitivo que se acha a humanidade americana, é uma degeneração e um abaixamento uma obscuridade de milênios”. Sendo assim “um passado nobre” teria sido afundado por uma “obscuridade de milênios”, e a antiga “força moral e uma civilização” estaria no momento “completamente perdida”.¹⁶

O suposto que ampara essa tese era que, diferente do que previra Buffon, para von Martius esses não seriam povos jovens, mas decaídos e, ao contrário do termo “Continente

¹⁴ Schwarcz, 1993. op. cit.

¹⁵ Martius, 1832, op. cit., p.11.

¹⁶ *Ibid.* p.16.

Novo”, nessa terra viveria um “povo velho e senil”, que já conheceu o apogeu, mas que naquele contexto de começos dos Oitocentos vivia na “ruína”.

O texto de 1832 termina, assim, avaliando que existiria “um defeito geral na organização da raça vermelha porque ela traria “já visível o germen do desaparecimento rápido”, como se “apenas estivesse destinada a representar um papel automático na grande engrenagem do mundo, mais importante que ativo, um simples degrau na escala evolutiva humana. E não há dúvida: o americano está prestes a desaparecer”.¹⁷

O argumento que se encontra presumido é o da desaparecimento breve desses povos, o que pediria da Europa uma ação célere no sentido de preservar o que fosse possível: dos registros materiais aos imateriais. Essa é a perspectiva salvacionista, que toma a causa como consequência. Pois a causa é a necessidade europeia de conquista e a consequência o desaparecimento dos povos que habitavam esses lugares durante séculos e em harmonia com a natureza: não em decadência, mas por conta da sanha Ocidental.¹⁸ Por isso a humanidade daqueles que “cuidavam” de preservar o que “restara” deveria agir de forma imediata. Afinal, finaliza o texto de 1832: “uma humanidade inteira a morrer diante dos olhos do mundo compassivo”.¹⁹

Tal tipo de argumento justificava, dessa maneira, não apenas a recolha imediata e acelerada de registros materiais desses povos, para melhor conservá-los em arquivos europeus – antes que “desaparecessem” — mas também, e como vimos, o sequestro de crianças que, no limite, testemunhariam *in lócus* os graus diferentes de evolução humana. O alegado, naquele momento, era que os pequenos seriam os “menos degenerados” e, portanto, mais capazes de registrar um estágio anterior, e anterior à decadência. Sabemos, porém, que esse plano de von Martius não deu certo e que ele amargou as mortes durante muito tempo.

Todavia, já no finalzinho do texto de 1832, o naturalista anuncia uma outra saída que seria mais bem contemplada por ele alguns anos depois: a “mistura variegada”. E termina absoluto: “grandioso até esmagadores são estes ensinamentos para a história da posteridade”.²⁰

¹⁷ *Ibid.* p.70.

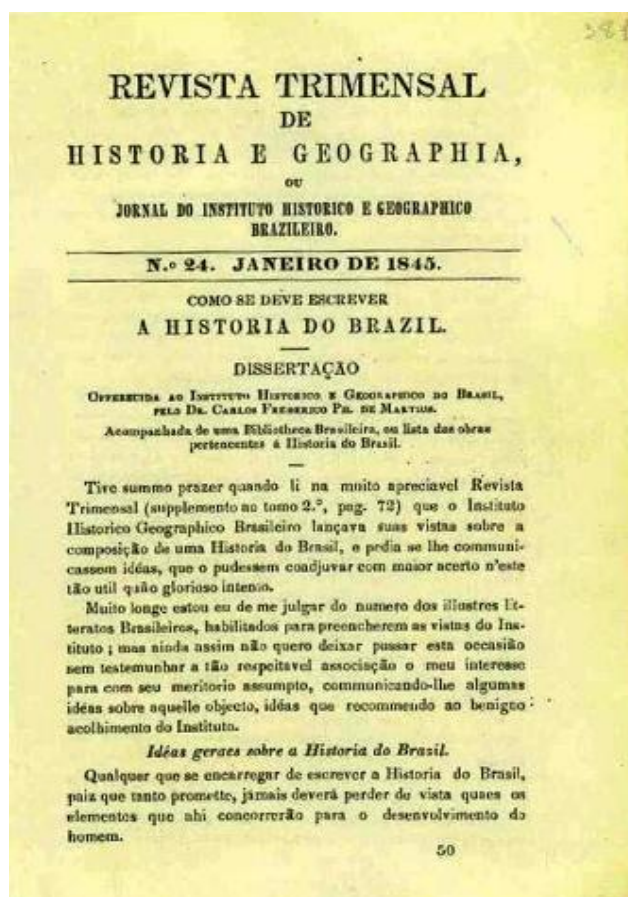
¹⁸ Vide, entre outros, Davi Kopenawa e Bruce Albert. *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

¹⁹ Martius, 1832, op. cit., p.71.

²⁰ Para maiores informações vide, entre outros, Manoel Luiz Salgado Guimarães. “História e natureza em von Martius: esquadrihando o Brasil para construir a nação”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. VII (2): 389-410, jul.-out. 2000. Manoel Luiz Salgado Guimarães. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Revista Estudos Históricos*, vol.1, (1):

A ciência natural como metáfora da história.

Figura 3 - “Como se deve escrever a Historia do Brazil”



Fonte: Capa da *Revista Trimensal de Historia e Geographia* (atual Revista do IHGB). Tomo 6 (24), jan. 1845.

Entretanto, se o texto de 1832 restaria na penumbra – como um documento da adesão de seu autor à tese da degenerescência – já o ensaio de 1845, e que saiu nas páginas do periódico do Instituto, ganharia muito mais repercussão. Afinal, lá estavam as bases do poderoso “mito da democracia racial”, que sempre destacou muito mais a ideia de mistura, sem acentuar que não existe mestiçagem sem separação e hierarquia. Nele, uma ideia mais evolutiva, e positiva, da história comum desses povos aparece bem delimitada

5-27, jan. 1988. Temístocles Cezar. “Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX”. *Diálogos: revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá*. PR. Vol.8 (1), 11-29, 2004. Willi Bolle. “De Ouro Preto a Diamantina: refazendo a viagem de Spix e Martius de 1818”. *Pandaemonium Germanicum*, vol.21 (33): 16-35, 2018.

Mas vamos logo a esse artigo vencedor do concurso de “Como escrever a história do Brasil”. Nele, o autor começava se desculpando e acusando, de forma humilde e, quiçá, um pouco premeditada, sua pouca especialização na matéria. “Tive sumo prazer quando li na muito apreciável Revista Trimensal (suplemento no tomo 2º, p.72) que o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro lançava suas vistas sobre a composição de uma História do Brasil, e pedia se lhe comunicassem ideias que o pudessem coadjuvar com maior acerto neste tão útil quão glorioso intento”.²¹

Com efeito, o estudioso respondia à iniciativa desse centro que, coerente com as diretrizes que ganhavam força durante o Segundo Reinado brasileiro, pretendia escrever uma nova história do país já que, a que tínhamos até então era basicamente portuguesa.

Aliás, o Instituto ia ganhando um lugar especial nos planos do jovem Imperador, e reagia à tarefa que implicava, no limite, imaginar uma outra nação, com a ideia de formar não só uma nova literatura nacional, como também recontar a história do país.

Von Martius, como já explicamos, não era exatamente um especialista na área, e inclusive explicitava sua posição: “Muito longe estou de me julgar do número dos ilustres literatos brasileiros, habilitados para preencherem as vistas do Instituto; mas ainda assim não quero deixar passar esta ocasião sem testemunhar a tão respeitável associação o meu interesse para com seu meritório assunto, comunicando-lhes algumas ideias sobre aquele objeto, ideias que recomendo ao benigno acolhimento do Instituto”.²²

O naturalista já demonstrara sua preocupação com a sistematização da história e do território brasileiro, a partir do conhecimento naturalista, tendo também publicado artigos, como vimos, sobre costumes locais e línguas indígenas. Por isso, o trabalho entregue ao IHGB é tão importante; afinal, é a primeira vez que um autor formalizava a ideia de que para compreender o Brasil seria necessário investir na história das três raças que compõem o povo brasileiro. Era a metáfora do naturalista que acomodava história com biologia e usando ainda uma metáfora hídrica.

O certo é que precisava pautar seu conhecimento em bases biológicas e geológicas que ecoassem seu famoso compêndio publicado com sucesso na Europa. Essa era também uma forma de justificar a inserção de seu nome acerca de um tema de alguma maneira distante de sua especialidade, e assim tão abrangente.

²¹ Carl Friedrich Philipp von Martius. "Como se deve escrever a História do Brasil". *Revista Trimensal de Historia e Geographia* (atual Revista do IHGB). Tomo 6 (24): 389-411, jan. 1845. [p.50]

²² *Ibid.*

É também difícil avaliar o impacto que suas “Ideas geraes sobre a História do Brasil” tiveram em seu próprio contexto. No entanto, com o decorrer do tempo, o modelo proposto pelo cientista ganhou seu próprio curso, sendo repetido por autores como Gilberto Freyre, no livro *Casa Grande & Senzala*, de 1933, e mesmo em textos mais críticos que destacaram o modelo de mestiçagem presente na obra do bávaro. No ensaio, ele propunha a metáfora de um rio que misturava as suas águas, numa alusão às três raças formadoras do país, e à ideia de depuração: de mistura, mas com separação.

Usando dos recursos que possuía, o naturalista inicia seu arrazoado alardeando que, para escrever a História do Brasil, jamais se poderia “perder de vista” quais os elementos que aí concorreram para o desenvolvimento do homem”.²³ Ele se referia, como sabemos, que as três raças presentes em território local – “a da cor cobre ou americana, a branca ou caucasiana e enfim a preta ou ethiopica” – que chamou de “elementos de natureza muito diversa”. Ou seja, podia-se esperar por prognósticos variados para cada um desses três grupos, mas seria essa fusão única, segundo ele, que daria à história desse Império uma feição “muito particular”.

E sublinhava: cada uma “das raças humanas”, teria sua “índole inata” e “circunstância de vivência e desenvolvimento particulares”, mesmo assim, elas dariam luz a um “povo novo” nascido dessa “reunião”. Assim, valia voltar a seu antigo argumento de 1832, mostrando que os povos originais andavam em decadência, mas com o adendo, dessa vez, de que só a infusão de sangue novo garantiria um sonho de futuro.

A partir daí Martius chama a atenção acerca da importância das raças para o “reino independente”, partindo do português, “o descobridor”, e subordinando o papel dos indígenas e dos “negros importados”. Há, porém, um suposto que funda o artigo: esses dois últimos grupos apenas “reagiram à raça predominante”, sendo “inferiores a ela”. Segundo ele, os “Branços” seriam os “espíritos mais esclarecidos e mais profundos” e confeririam, pois, um “estímulo para o historiador humano e profundo”. No caso, ele mesmo, por exemplo.²⁴

Após citar como outros povos, a exemplo dos ingleses, surgiram da mistura, o cientista conclui o argumento inicial de forma peremptória: “Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da Providência predestinou ao Brasil esta mescla” e “o sangue português deverá absorver os pequenos confluente das raças Índia e Etiópica”.²⁵

²³ *Ibid.*, pp.50 e 382.

²⁴ *Ibid.*, p.383.

²⁵ *Ibid.*, p.323.

Definindo-se como um “autor filosófico”, penetrado pelas doutrinas da verdadeira humanidade, e de um “cristianismo esclarecido”, explica ele que sua opinião não deve ferir a susceptibilidade dos brasileiros. Afinal, seu objetivo era tão somente mostrar como a mescla das três raças levaria ao “aperfeiçoamento” e à “perfectibilidade”, coerente com as teorias do evolucionismo social de meados do XIX, que pregavam, justamente, a ideia de que raças não eram produtos finais, e sim passíveis de alteração, e, melhoria.

Von Martius começa seus ensaios pelos indígenas da “Terra de Santa Cruz”: como vimos, um tipo de matéria em que ele se sentia mais seguro. Se pergunta, então, sobre de onde teriam vindo esses povos e o que teria levado à sua “dissolução moral e civil, que neles não reconhecemos senão *ruínas dos povos*”.²⁶ Os grifos são do próprio naturalista que concede a esses grupos apenas a decadência. Admite até desconhecimento, mas joga a culpa nos nativos que andam “encobertos pela escuridão, e correspondem a uma “perda histórica”.

Para não ser criticado, e tomado como pouco especializado, Martius sustenta sua tese apenas na “língua” dessas populações, para tecer análises contundentes sobre a raça deles. Deixa escapar, porém, seu desconhecimento e eurocentrismo ao falar dos cultos deles, que define como uma espécie de “xamanismo ou fetichismo”. Volta assim ao tema dos sacrifícios humanos, ao canibalismo e considera tudo “a mais bruta degeneração”.²⁷

Considera-os, dessa forma, como “privados de qualquer revelação divina”, e de “visões aprofundadas”. Até por isso considerava que esse não era o “estado primitivo do homem”, mas antes “o triste e penível quadro de uma perda história”.²⁸

Vai assim à “língua geral ou Tupi” e mostra como um vasto grupo entende e fala este idioma. Garante, porém, que à língua devem se ligar os estudos de mitologia e que por aí se percebe “uma perda filosofia natural”. Volta então à tese da degeneração, e usa a régua andina para comparar a ausência de grandes construções dos autóctones brasileiros, a despeito de considerar que ainda podem ser localizadas novas edificações desse tipo nas florestas brasileiras.

A partir de então von Martius introduz uma segunda raça: “os portugueses e sua parte na história do Brasil”.²⁹ Segundo ele, quando chegaram ao Brasil, os indígenas estavam em tão “diminuto número”, e em estado “de tal aviltamento”, que podiam desenvolver suas

²⁶ *Ibid.*, p.385.

²⁷ *Ibid.*

²⁸ *Ibid.*

²⁹ *Ibid.*, p.389.

colônias “sem dar importância a eles”. Explica tudo que fizeram não visava qualquer violência particular, e que por isso não se “poderia julgar” aos portugueses por seus atos.

Tecendo elogios à colonização lusitana no mundo, o naturalista define a atividade deles como dirigida pelo “espírito” e pelo “coração”.³⁰ Passa então a definir o “estado social” da nação portuguesa, começando pela atividade dos jesuítas que eram “os únicos motores de civilização para um povo inquieto e turbulento”.³¹

Depois de tratar brevemente das viagens e das escolas por eles fundadas von Martius conclui essa parte definindo-se como “um historiador filósofo familiarizado com todas as direções desses motivos populares”, e explicando que por isso deveria colocar os povos inferiores em contato “com o grau de civilização intelectual”.³²

A terceira raça a ser analisada pelo naturalista é a africana, que teria influenciado a história do Brasil -- “se para o melhor ou para o pior, este problema se resolverá para o historiador, depois de ter tido ocasião de ponderar todas as ingerências que tiveram os escravos africanos”.³³ Nesse caso, fica evidente como o cientista possuía pouquíssimas informações tanto que logo passa a tratar da mescla que marcará a história do Brasil.

Valoriza também seu próprio trabalho dizendo ser “indispensável” que o “historiador tivesse visto com os seus próprios olhos as particularidades da natureza e da população”. E conclui tratando de fazer elogio a si próprio: “Só assim poderá ser apto para avaliar devidamente todos os acontecimentos históricos que tiveram lugar em qualquer das partes do império”. A seguir essa definição, apenas naturalistas poderiam contar a história do Brasil.³⁴

Para terminar, von Martius sustenta que a história é “uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo”.³⁵ Essa reflexão lhe permite, então, sustentar suas certezas em relação à monarquia, bem como criticar os republicanos e a imprensa. O cientista também aproveita para reprovar as províncias que queriam guardar autonomia e não tinham pejas em assegurar seus interesses diversos. Assevera que se quiser prestar um serviço ao Brasil o historiador precisa escrever como autor monárquico constitucional e lutar sempre pela unidade. Fica evidente, pois, como o bávaro se afilia ao Império e aos seus intelectuais.

³⁰ *Ibid.*, p.392.

³¹ *Ibid.*, p.394.

³² *Ibid.*, p.397.

³³ *Ibid.*

³⁴ *Ibid.*, p.401.

³⁵ *Ibid.*

E o autor, antes de encerrar, data seu texto: Munique, 10 de janeiro de 1843. Enfim, já de volta à Europa e à sua cidade natal, imbuído por sua autoridade como naturalista que esteve no Brasil, e pautado pelas teorias que conhecia, von Martius trata do que considera ser o presente, para prever o futuro. Isso tudo sem deixar de apoiar o regime que financiava o IHGB e de criticar qualquer oposição a ele. A despeito de mostrar pouco conhecimento sobre a história dos três povos – ainda mais dos africanos – von Martius não abre mão de se incluir em um debate nacional, sobretudo a partir das ferramentas que possuía: o estudo das raças.

Água mole em pedra dura tanto bate até que fura.

Carl von Martius usava também um tipo de conceito que pensava a “depuração das raças” por meio da limpeza operada pelas águas, e que ganharia grande fôlego a partir de então. De toda maneira, que se saiba, esse foi o primeiro texto conhecido – e de certa maneira oficial – sobre o tema. Como vimos, a hipótese forte era que as raças negra, indígena e branca corresponderiam a três grandes rios de tamanho e importância diversos, mas que convergiriam para o mesmo fim.

Segundo o bávaro, a própria correnteza do rio depurava e misturava as águas fazendo prevalecer o afluente branco. Assim, mesmo num contexto anterior às teses do darwinismo racial e da degeneração, o texto elevava a mistura operada no país, mas dissimulava acerca das hierarquias de poder e mando, as quais continuavam mantidas na perspectiva que apontava para um futuro branco. As águas que purificavam, por extensão também branqueavam.

O objetivo era, também, criar *uma* história e que esta fosse (por suposto) nacional e vinculada ao Império. Esse era o pressuposto desse tipo de “história positiva” que pretendia, entre outros, por meio de argumentos considerados racionais, apurados e científicos legitimar seus financiadores e não produzir crítica ou explicitar a contradição.

Vale lembrar que estávamos no começo do Segundo Reinado de d. Pedro II, que assumira o trono em 1840 – após o famoso e assim conhecido “Golpe da Maioridade”. Por sua vez, a intensão do governo era consolidar uma autoridade central e estabilizar as revoltas provinciais que estouraram por todos os cantos do país durante as Regências. Isso sem esquecer que a Revolução Farroupilha, no Sul do país, só terminaria em 1845. Entende-se

assim por que von Martius se refere aos “republicanos” com certo desprezo e elogia a Monarquia brasileira como a verdadeira civilização.

1843, foi também o ano de chegada de Teresa Cristina, de Bourbon-Duas Sicílias e seu casamento com Pedro II. Essas eram todas medidas que visavam afirmar e consolidar o poder do jovem Imperador, e, dentre os vários recursos existentes, estava a construção de uma historiografia monárquica, a exemplo do que o naturalista conhecia em seu país de origem.

Por isso, o naturalista estrangeiro delibera sob um tema brasileiro, mas com o conhecimento de “naturalista”, que era nesse momento considerado universal. Por isso também recorreu a uma metáfora fluvial: um rio caudaloso, correspondente à herança portuguesa, que deveria “absorver os pequenos afluentes das raças índia e etiópica”.

O Brasil surgia representado, pois, a partir da especificidade e escala de sua miscigenação. Três grandes rios compunham a mesma nação: um extenso e caudaloso, formado pelas populações brancas; outro um pouco menor, nutrido pelos indígenas; e ainda outro, mais diminuto, composto pelos negros. Harmonia não significava, assim, igualdade, pois a hierarquia continuava presente na correlação de forças que se estabelecia entre os rios e as raças e no movimento paralelo de “absorção”, “depuração”, “limpeza” e “purificação” das águas, que acabavam brancas.

Também não é matéria de pouca importância, o fato de o primeiro concurso sobre como escrever a história do Brasil, realizado ainda no contexto do Império, ter como vencedor um pesquisador europeu – um cientista de ilibada importância que, no entanto, e como vimos na primeira parte desse texto, era novato no que dizia respeito à história do Brasil.

O cientista recorria então ao conceito de “aperfeiçoamento das raças humanas,” para explicar que o futuro podia ser promissor para o país. No entanto, é também claro como correspondia à herança portuguesa “limpar” e “absorver os pequenos afluentes das raças índia e etiópica”. Era a teoria da mestiçagem – que em geral fala de mistura mas se cala sobre diferença – que ganhava sua versão de base nas páginas da prestigiosa revista do IHGB.

A essa altura, porém, e depois de tantos séculos de vigência de um sistema violento como o escravocrata — que pressupunha a propriedade de uma pessoa por outra e criava uma forte e enraizada hierarquia entre brancos que detinham o mando e pessoas negras que deveriam obedecer, mas não raro se revoltavam —, era no mínimo complicado simplesmente exaltar apenas a harmonia. Além do mais, indígenas continuavam sendo dizimados no litoral e no interior do país, suas terras seguiam sendo invadidas e suas culturas, desrespeitadas, o que

não causaria, aliás, impacto na teoria de Carl von Martius que misturava perfectibilidade com o conceito de degeneração – sobretudo no caso das análises acerca dos nativos brasileiros.

Nem por isso o Império abriu mão de selecionar um projeto que fazia as pazes com o passado e com o presente do Brasil, e que, em lugar de introduzir dados históricos, que mostrariam a crueldade do cotidiano vigente no país, apresentou uma nação cuja “felicidade” era medida pela capacidade de vincular diversas nações e culturas, acomodando-as de forma unívoca. Um texto, enfim, que apelava para a “natureza” edênica e tropical do Brasil, para sua pressuposta índole “pacífica” – essa sim que deveria figurar acima de qualquer suspeita ou contestação.

Importante lembrar mais uma vez, que Martius havia publicado em 1832 um ensaio chamado “O estado do direito entre os autóctones no Brasil”, condenando os indígenas ao desaparecimento. Mas nesse momento, e respondendo a uma encomenda do IHGB em sua associação com a Monarquia, parece melhor optar por definir o país por meio da redentora metáfora fluvial. Nesse sentido, chama a atenção a discrepância na descrição e informações que o naturalista demonstrava possuir acerca das três raças. Indígenas eram “velhos conhecidos” de von Martius, mas já sabemos a perspectiva negativa a ele impostas. A filosofia era “salvacionista”, no sentido de guardar registros “sobreviventes” antes que os mesmos desaparecessem. O item maior refere-se aos portugueses, o “rio branco”, que seria o mais alvissareiro e volumoso. Sobre os lusitanos o naturalista fala das viagens, das conquistas, da catequese, da colonização sempre partindo do suposto de que a civilização morava daquele lado. Por fim, sobre os africanos o cientista demonstra desconhecimento; expresso não só no menor número de páginas, como na falta de dados. “Falta” esta que na verdade era “excesso”, pois dava conta do que interessava: contar *uma* história pátria — a europeia — e mostrar como ela se imporia, “naturalmente” e sem conflitos, às demais.

Ali estavam, pois, os três povos formadores do Brasil; todos juntos, mas (também) diferentes e separados. Mistura não era sinônimo de igualdade. Aliás, por meio dela confirmava-se uma hierarquia “inquestionável” e que, nesse exemplo, e conforme revelava o artigo, apoiava-se num passado imemorial e perdido no tempo. O tempo da fábula empacotada numa justifica do saber científico naturalista. Essa era, ainda, uma ótima maneira de “inventar” uma história não só particular (uma monarquia tropical e mestiçada) como também muito otimista: a água que corria representava o futuro desse país constituído por um

grande rio caudaloso no qual desaguavam e se acomodavam de maneira pacífica os demais pequenos afluentes.

A tese publicada por von Martius nas páginas da Revista do IHGB teve vida longa e pode ser considerada a primeira versão dessa ladainha mítica das três raças formadoras da nação, que continuaria encontrando ampla ressonância no Brasil, pelo tempo afora. *O guarani*, romance de José de Alencar publicado em 1857, e que logo se converteria em ópera de Carlos Gomes, e num ícone no Brasil do Segundo Reinado, evoca em sua cena final a corrente do rio que leva os dois principais personagens salvos de uma enxurrada — uma mulher branca e um homem indígena — para um destino incerto, mas que funciona como metáfora dessa nação mestiça. “A palmeira arrastada pela torrente impetuosa fugia... E sumiu-se no horizonte.”³⁶

Vários autores repetiriam, com pequenas variações, o mesmo argumento. Sílvio Romero em *Introdução à história da literatura brasileira* (1882), Oliveira Viana em *Raça e assimilação* (1932), Artur Ramos em *Os horizontes místicos do negro da Bahia* (1932), Mario de Andrade com a passagem do Pezão de Sumé, presente em *Macunaíma* (1928). De forma, dessa vez, irônica e crítica, mas mostrando a regularidade da narrativa, o modernista paulistano retoma a fórmula na conhecida passagem alegórica em que o herói e seus dois irmãos resolvem se banhar na água encantada que se acumulara na pegada do “pezão do Sumé”, e saem dela cada qual com uma cor: um branco, um negro e outro da “cor do bronze novo”.

Mas foi sobretudo Gilberto Freyre quem tratou, ele sim, de consolidar e difundir esse tipo de interpretação, não só em seu clássico *Casa-grande & senzala* (1933) como, anos depois, em livros sobre o lusotropicalismo, caso de *O mundo que o português criou* (1940). Assim, se foi o antropólogo Artur Ramos (1903-49) quem cunhou o termo “democracia racial” e o endereçou ao Brasil, coube a Freyre o papel de grande divulgador da expressão, até mesmo para além de nossas fronteiras.

A tese de Freyre teve tal ressonância internacional que acabou batendo nas portas da Unesco. No final dos anos 1940, a instituição ainda andava sob o impacto da abertura dos campos de concentração nazistas, que levaram à descoberta das práticas de genocídio e da violência estatal, bem como alertaram sobre as consequências do racismo durante a Segunda Guerra Mundial. Também tinha ciência da situação do apartheid na África do Sul e da política

³⁶ Lília Moritz Schwarcz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

de ódios que se formava no contexto da Guerra Fria. Animada, então, pelas teses do antropólogo de Recife, e tendo a certeza de que o Brasil representava um exemplo de harmonia racial para o mundo, a organização financiou, na década de 1950, uma grande pesquisa com a intenção de comprovar a inexistência de discriminação racial e étnica no país. Porém, o resultado foi, no mínimo, paradoxal. Enquanto as investigações realizadas pelos norte-americanos Donald Pierson (1900-95) e Charles Wagley (1913-91), na Região Nordeste, buscavam corroborar os pressupostos de Freyre, já o grupo de São Paulo, liderado por Florestan Fernandes (1920-95), concluía exatamente o oposto. Para o sociólogo paulista, o maior legado do sistema escravocrata, aqui vigente por mais de três séculos, não seria uma mestiçagem a unificar a nação, mas antes a consolidação de uma profunda e entranhada desigualdade social.

Nas palavras de Florestan Fernandes, o brasileiro teria “uma espécie de preconceito reativo: o preconceito contra o preconceito”, uma vez que preferia negar a reconhecer e atuar. Foi também Fernandes quem chamou a já velhusca história das três raças de “mito da democracia racial”, revalidando, ao mesmo tempo, a força de tal narrativa e as falácias de sua formulação. O golpe de misericórdia foi dado pelo ativismo negro, que, a partir do fim da década de 1970, mostrou a perversão desse tipo de discurso oficial, o qual tinha a potencialidade de driblar a força dos movimentos sociais que lutavam por real igualdade e inclusão. Mas, apesar dos esforços, mais de um século depois a imagem da mistura das águas continuava a ter impacto no Brasil e soava como realidade!

Como se vê, a história que Von Martius contou, em inícios do século XIX, tinha jeito e forma de mito; um mito nacional. Como mostra o etnólogo Claude Lévi-Strauss um mito continua a crescer enquanto a contradição que a funda se mantém e ainda aumenta.³⁷

O cientista tomava, mesmo que sem exatamente premeditar, intuir contradições fundamentais do país – a vigência e enraizamento do sistema escravocrata por todo o território e a política de “aculturação” ou de “guerra justa contra os indígenas”³⁸ – tomando os termos de época – e os articula de maneira harmoniosa e positiva. Por isso mesmo, o texto não continha datas, locais precisos ou contextos estabelecidos; ele precisava fazer sentido para além do momento de sua elaboração, sendo que a ausência de uma geografia explícita e, sobretudo, de uma temporalidade definida conferia ao seu relato a imortalidade e a confiança

³⁷ Claude Lévi-Strauss. *Mitológicas I*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

³⁸ Manuela Carneiro da Cunha. “Introdução”. *História dos Indígenas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

de que o passado fora grandioso para os portugueses, e ensejava um futuro ainda mais promissor: a despeito de não apostar nas qualidades dos povos negros e indígenas. Era o mito dos “tempos de outrora”, que sustentava as certezas do presente e garantia a vigência de uma mesma ordem e hierarquia, como se fossem eternas porque autorizadas pela natureza.

Ademais, uma certa indeterminação retórica permitiu que o texto do concurso ganhasse uma recepção prolongada, levando a história a virar mito e o oposto também, ou seja, o mito social a se transformar em história. Com uma especificidade: mitos não se comportam necessariamente como “mentiras”. Como mostra o etnólogo Claude Lévi-Strauss, por tratarem de contradições profundas das sociedades a que dizem respeito, eles permanecem vigentes para além dos argumentos racionais. Afinal, muitas vezes é mais cômodo prometer uma falsa verdade do que sugerir que a sociedade se mude.

Durante o século XIX, o IHGB cumpriria seu papel, dando prosseguimento ao projeto de von Martius. Altamente financiado pelo Império, o centro tratou de, muitas vezes, divulgar uma história grandiloquente e patriótica. A metáfora das três raças definiria, por um longo tempo, a essência e a plataforma do que significava fazer uma história *do e sobre* o Brasil. Ou melhor, um certo Brasil, uma determinada utopia, com a qual convivemos até os dias de hoje como se fosse realidade.

Naturalizar a desigualdade, evadir-se do passado, é característico de governos que pretendem jogar uma pá de cal nas contradições que os fundam e assim promover o Estado e garantir a manutenção do poder. É essa a perspectiva também do cientista da Baviera que elogia a monarquia e desfaz dos novos ares republicanos e dos revolucionários separatistas.

Além da metáfora falaciosa das três raças, estamos acostumados a desfazer da imensa desigualdade existente no país e a transformar, sem muita dificuldade, um cotidiano condicionado por grandes poderes centralizados nas figuras dos senhores de terra em provas derradeiras de um passado aristocrático.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Ana Lucia. *Romantismo tropical. Um pintor francês no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2017.
- BAILÃO, André Secchieri. “Tropicalidades múltiplas: as matas, os campos e as viagens naturalistas do século XIX”. Tese de Doutorado. USP. 2022.
- BOLLE Willi. “De Ouro Preto a Diamantina: refazendo a viagem de Spix e Martius de 1818”. *Pandaemonium Germanicum*, vol.21 (33): 16-35, 2018.
- CEZAR, Temístocles. “Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX”. *Diálogos: revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá*. PR. Vol.8 (1), 11-29, 2004.
- COSTA, Maria de Fátima. “Os *meninos índios* que Spix e Martius levaram a Munique”. *Artelogie*, nº14, 2019. Disponível em journals.openedition.org/artelogie/3774.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. “Introdução”. *História dos Indígenas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- DIENER, Pablo & COSTA, Maria de Fátima. *Martius*. Rio de Janeiro: Capivara, 2018.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. VII (2): 389-410, jul.-out. 2000.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Revista Estudos Históricos*, vol.1, (1), 5-27, jan. 1988.
- KOPENAWA Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *Mitológicas I*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- LISBOA, Karen Macknow. “Natureza e população do Brasil na visão de viajantes alemães”. In: Willi Bolle; Eckhard E Kupfer. *Cinco Séculos de Relações Brasileiras e Alemãs*. São Paulo: Editora Brasileira de Arte e Cultura, 2013.
- LISBOA, Karen Macknow. “O Brasil dos naturalistas Spix e Martius. Taxonomia e sentimento”. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 179-194, 2009.
- LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. “Como se deve escrever a História do Brasil”. *Revista Trimensal de Historia e Geographia* (atual Revista do IHGB). Tomo 6 (24): 389-411, jan. 1845.
- MARTIUS, Carl von. *Estado do direito entre os autóctones do Brasil*. 1832. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1982.
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira. A “guerra de penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 41-65, 1999.
- PEREIRA NETO, Juscelino. “A memória biográfica de Januário da Cunha Barbosa: uma trajetória política na corte Imperial (1821-1846)”. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.
- PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*. London: Routledge, 1992.



SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *Espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SPIX, J. B. & MARTIUS, C. F. Ph. von. *Viagem pelo Brasil*. 3 vols e 1 *Atlas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, tomo I.

STEPAN, Nancy L. *Picturing Tropical Nature*. London: Reaktion Books, 2001.